GUILHERME GRANDI
ROGÉRIO NAQUES FALEIROS
organizadores

Coleção Novos Estudos de
História Econômica do Brasil

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

Primeira República e Era Vargas

Eduff
HUCITEC EDITORA

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

Primeira República e Era Vargas

Universidade Federal Fluminense

REITOR
Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR
Fabio Barboza Passos

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL
Renato Franco [Diretor]
Ana Paula Mendes de Miranda
Celso José da Costa
Gladys Viviana Gelado
Johannes Kretschmer
Leonardo Marques
Luciano Dias Losekann
Luiz Mors Cabral
Marco Antônio Roxo da Silva
Marco Moriconi
Marco Otávio Bezerra
Ronaldo Gismondi
Silvia Patuzzi
Vágner Camilo Alves

GUILHERME GRANDI
ROGÉRIO NAQUES FALEIROS
organizadores

Coleção Novos Estudos de
História Econômica do Brasil

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

Primeira República e Era Vargas

Eduff

HUCITEC EDITORA

© 2020 Guilherme Grandi e Rogério Naques Faleiros
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização
expressa da editora.

Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 2

Equipe de realização
Editor responsável: Renato Franco
Coordenador de produção: Ricardo Borges
Revisão: Rozely Campello Barroco
Normalização: Camilla Almeida
Projeto gráfico, capa e diagramação: Natália Brunnet

A utilização da imagem da obra *Seringueiros* (1954),
de Candido Portinari, foi autorizada graciosamente por
João Candido Portinari, titular dos direitos de autor do artista.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

H673 História econômica do Brasil : primeira república e era vargas / Guilherme Grandi e Rogério Naques Faleiros (organizadores); organização geral da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e Luiz Fernando Saraiva. – Niterói : Eduff; São Paulo : Hucitec, 2020. – 318 p. : il. ; 21 cm. – (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 2)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5831-011-2
ISBN 978-65-86039-18-4
BISAC BUS023000 BUSINESS & ECONOMICS / Economic History

1. Brasil – Condições econômicas. 2. Brasil – Era Vargas. I. Grandi, Guilherme. II. Faleiros, Rogério Naques. III. Título. IV. Série.

CDD 330.981

Ficha catalográfica elaborada por Márcia Cristina dos Santos (CRB7-4700)

Direitos desta edição cedidos à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja
Icaraí - Niterói - RJ CEP 24220-008 - Brasil
Tel.: +55 21 2629-5287
www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
São Paulo - SP CEP 04110-020 - Brasil
Tel.: +55 11 3892-7772
www.huciteceditora.com.br
lerereler@huciteceditora.com.br

Impresso no Brasil, 2020.
Foi feito o depósito legal.

Sumário

Prefácio 7
Alcides Goularti Filho
Luiz Fernando Saraiva

Apresentação 13
Guilherme Grandi
Rogério Naques Faleiros

Geopolítica do café: sistema mundial e transição hegemônica (1898-1945) 25
Rogério Naques Faleiros

Tarifas alfandegárias e indústria no Brasil durante a Primeira República 69
Guilherme Grandi
Alexandre Macchione Saes

Urbanização lastreada na capacidade de tributar: especificidades no enfrentamento das crises no complexo cafeeiro (1906-1937) 103
Pedro Geraldo Saadi Tosi
Rodrigo Fontanari
Henry Marcelo Martins da Silva

Consumo, cultura material e poder na Primeira República (1890-1930) 155
Milena Fernandes de Oliveira

Migrações internas e formação do mercado de trabalho (1889-1945) 185
Cláudia Alessandra Tessari

Getúlio e as garçonetes. O Decreto nº 21.417-A e a regulação do trabalho das mulheres (Brasil, primeiro governo de Vargas) 237
José Flávio Motta
Luciana Suarez Galvão

O Brasil na Era Vargas (1930-1954): rupturas e continuidades do projeto nacional-desenvolvimentista 277
Ivan Colangelo Salomão
Leonardo Segura Moraes

Sobre os autores 317

Prefácio

O segundo volume da coleção *Novos Estudos de História Econômica do Brasil*, lançada pela Associação Brasileira de pesquisadores em História Econômica e editadas em parceria pela Eduff e Hucitec, se debruça sobre o crucial período de 1889 a 1945 e, justamente por isso, é intitulado como História Econômica do Brasil – Primeira República e Era Vargas. Essa periodização já revela um aspecto fundamental e inovador desse volume. A compreensão das mudanças profundas que nossa economia atravessou em fins do século XIX e na 1ª metade do XX.

Pensar nos recortes cronológicos de um livro coletivo é importante, porque eles expressam significados e mudanças fortes na construção do nosso conhecimento sobre o passado. Isso é um marco significativo na presente obra e registra uma importante mudança em relação às compreensões anteriores sobre as "eras" e periodizações da História do Brasil. Até bem pouco tempo, o período da Primeira República (1889 – 1945) era visto na historiografia em geral como um período "intermediário" entre o projeto nacional imperial e o projeto do Brasil Industrial. A alcunha República "Velha", marcava e reforçava essa visão senão negativa, ao menos "transitória" de nossa História.

O presente volume, organizado pelos professores Guilherme Grandi e Rogério Naques Faleiros, enfrenta a questão assumindo que, apesar das rupturas inquestionáveis que o movimento político de 1930 promoveu, o contexto econômico (nacional e mundial) do segundo quartil do século XX permite a compreensão de que os dois períodos (ou as duas repúblicas)

possuíram muitas continuidades que podem ser vistas em conjunto quando o objeto é a evolução econômica e social do país.

Pensar e escrever sobre a Primeira República e a Era Vargas (ou a Segunda República), nos obriga a olhar o Brasil na sua totalidade e diversidade. Um país com dimensões continentais e diferenças territoriais significativas, ao longo da sua história gerou processos e sistemas regionais que se desenvolveram com relativo grau de autonomia, porém, subordinados aos centros dinâmicos que difundia os padrões de crescimento e cultura. Ao mesmo tempo que a história econômica pode ser pensada a partir de predominâncias e hierarquias, as formas isoladas de resistência e as experiências distintas não podem ser ignoradas quando pensamos a totalidade do Brasil. As predominâncias insistem em homogeneizar as especificidades, definindo suas metodologias e categorias sociais que se convertem em modelos rígidos para os estudos regionais. Cabe aos novos pesquisadores da história econômica trazer à tona novos debates e interpretações sobre a formação econômica do Brasil.

Do ponto de vista econômico e territorial, durante a Primeira República predominou os chamados complexos agrorregionais e o federalismo descentralizado, cujo elemento unificador era o fato de serem produtores de bens primários voltados para o mercado externo, além da "herança nacional" construída na formação escravista do país no século anterior.

Havia a predominância do complexo cafeeiro no Sudeste, cuja capacidade de comando e de acumulação era superior aos demais. Todavia, o dinamismo gerado pelos outros complexos (erva-mate, cacau, couro, borracha, cana-de-açúcar) possibilitou a formação de sistemas regionais de economia que se articulavam com a economia nacional. Cada complexo gerou especificidades próprias, portanto desdobramentos políticos com características locais, seja na composição das diversas hegemonias, na disputa pelo poder e nas reinvindicações e lutas operárias. A pauta de reinvindicações das elites agrárias

regionais e das massas urbanas na Primeira República divergiam em cada região. Dentro da hierarquia política, a participação das elites vinculadas ao centro do sistema era a mais relevante e tinha a capacidade de nortear os rumos dos acordos políticos na construção de uma hegemonia.

Getúlio Vargas, ao mesmo tempo que buscou um projeto nacional unificador, possibilitou o fortalecimento das economias regionais, criando instituições, definindo mecanismos regulatórios e fortalecendo as elites regionais comprometidas com a industrialização e um novo projeto de nação. A construção do sistema nacional de economia só seria possível articulando as diversas economias regionais, subordinando-a ao projeto de industrialização. Os centros dinâmicos assimilaram rapidamente a modernização das forças produtivas, no entanto, a difusão do novo padrão de acumulação, pautada na industrialização, não chegou ao mesmo tempo e com a mesma intensidade em todas as regiões. Dadas as disponibilidades materiais diferenciadas de cada cidade e região, o ritmo de crescimento e modernização foi assimétrico. Todavia, o centro dinâmico apontava o rumo e definia as balizas por onde as economias regionais deveriam trilhar.

A modernização dos transportes e das comunicações e a difusão da energia elétrica eram prioritárias dentro do projeto industrializante de Getúlio Vargas. No entanto, em um país com 8,5 milhões de km², era comum a ausência desses serviços em diversas cidades. Basta olharmos um mapa ferroviário de 1930 que vamos nos deparar com grandes vazios. O mesmo ocorreu com as linhas de telégrafos e a telefonia. Caminhos e estradas cortavam a maior parte do território, no entanto, a pavimentação das mesmas e a abertura de autoestradas começou primeiro nos centros dinâmicos e em seguida foi se espraiando para outras regiões – sempre obedecendo o critério de urgência econômica e pressão política. Na geração e distribuição de energia elétrica, que vinha ocorrendo desde o final do

século XIX, com Vargas há uma politização do setor, que passa a ser pensado a partir dos objetivos do Estado, vinculando ao projeto de industrialização. Novamente, centrado no "coração" do capitalismo brasileiro, temos a presença de grandes companhias multinacionais e a execução dos primeiros grandes projetos estatais. Portanto, é impossível pensarmos esse longo e tumultuoso período (1889-1945) somente tendo em conta o centro dinâmico da economia e da capital política do país.

****

A presente obra também traz outras opções ou leituras renovadas do passado econômico de sociedade, como a valorização das experiências de nossa urbanização a partir do início do século XX; as constantes migrações de nossas populações no tortuoso processo da formação da mão de obra "nacional"; o consumo material interno como um novo paradigma em uma economia ainda profundamente voltada para o mercado externo e ainda a questão de quando o trabalho feminino passa a ser alvo de regulação por parte do Estado Brasileiro.

Se esses temas são inovadores em relação aos estudos mais "tradicionais" da História Econômica, o volume ainda contempla temas clássicos em roupagem teórica e metodologicamente inovadoras. A discussão sobre uma geopolítica do café para todo o período, aliada à discussão sobre o comportamento de nossas tarifas alfandegárias e sua relação com o crescimento industrial, são capítulos que permitem rever grande parte dos paradigmas tradicionais da área. Por fim, vemos uma análise do quanto o discurso nacional-desenvolvimentista a partir da "Revolução de 1930" obscureceu as riquíssimas contribuições do pensamento (e da ação) econômica da nossa primeira experiência republicana.

A presente obra avança, portanto, ao trazer novos temas e objetos de estudo, ao mesmo tempo em que referencia novas cronologias explicativas. Em comparação com o 1º Volume

lançado em 1997, intitulado *História Econômica da Primeira República* e organizado por Tamás Szmrecsányi e Sérgio S. Silva, vemos que algumas questões se aprofundaram (como outras se encontram ausentes, como a questão da terra) isso é fruto da "fotografia" que organizar uma coleção como essa impõe, mostrar o atual momento de nossa pesquisa histórica. As perguntas (e silêncios) que estão sendo gestados e ainda serão respondidas pelos melhores de nós, os nossos jovens sócios pesquisadores, a quem esta coleção é dedicada!

Alcides Goularti Filho
Presidente da ABPHE (2019/2021)

Luiz Fernando Saraiva
Organizador Geral da Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil

Apresentação

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até oposição.

Sérgio Buarque de Holanda.
Raízes do Brasil, 1936.

Coube-nos o desafio, colocado pela Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – ABPHE, de organizar o segundo volume da coleção *História Econômica do Brasil*, intitulado: Primeira República e Era Vargas. A magnitude do instigante repto pode ser medida pela grandeza dos organizadores da primeira coletânea organizada pela ABPHE referente ao período em tela: Sérgio Silva e Tamás Szmrecsányi. À época, a obra reunia textos apresentados no emblemático I Congresso Brasileiro de História Econômica, realizado na Universidade de São Paulo em 1993. A miríade de autores ali reunidos[1] atestava a qualidade e a consolidação das pesquisas desenvolvidas no campo da História Econômica no Brasil, influenciando diretamente (e positivamente) a preocupação de

[1] São eles, considerando a ordem de organização dos capítulos: Heraclio Bonilla, Steven Topik, Roberto Cortés-Conde, Colin M. Lewis, Angela de Castro Gomes, Maria Stella Bresciani, Nilo Odália, Manuel Correia de Andrade, Lígia Maria Osório Silva, Sônia Regina de Mendonça, Flávio Rabelo Versiani, Hildete Pereira de Melo, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira, Wilson Suzigan, Támas Szmrecsányi, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Ana Lúcia Duarte Lanna, Maria Lúcia Caira Gitahy, Maria Alice Rosa Ribeiro, José Leonardo do Nascimento, Ronaldo Herrlein Jr. e Adriana Dias.

toda uma geração de pesquisadores já maduros ou ainda em formação nos cursos de graduação e pós-graduação do país e da América Latina.

No volume organizado por Silva e Szmrecsányi, os capítulos foram organizados em cinco partes, abordando o Brasil na América Latina, o pensamento econômico com ênfase no liberalismo no tempo dos coronéis, a questão da terra, o processo de industrialização e o mundo do trabalho. Incorporando contribuições elaboradas nos últimos 26 anos, tais temáticas, de certo modo, permanecem contempladas no volume ora apresentado, o que deriva de sua perenidade na formação socioeconômica brasileira e continental. A rigor, a descontinuidade indicada por Buarque de Holanda na epígrafe desta apresentação esteve distante de ser verificada no Brasil em seu período republicano, e, em especial, entre 1889 e 1945, a periodização aqui abarcada. A *res publica*, para além de sua definição, caracterizava-se como periférica, dependente, desigual, machista e patriarcal, o que poderá ser verificado nas páginas que se sucedem a partir da forma de inserção da economia cafeeira no cenário internacional, pelos limites colocados à industrialização, pela modernização dos padrões de consumo e sua função de diferenciação social, pelas distorções da formação de nosso mercado de trabalho, pelo preconceito contra o trabalho feminino e pela perpetuação do estamento burocrático. Em que pese a modernização verificada em algumas esferas da vida, os períodos conhecidos como Primeira República e Era Vargas reiteram hierarquias, estruturas de poder e simbologias que insistem em permanecer na vida nacional.

No primeiro capítulo, intitulado "*Geopolítica do café: sistema mundial e transição hegemônica (1898-1945)*", Rogério Naques Faleiros busca compreender o movimento da cafeicultura brasileira à luz da concepção de Sistema Mundial, uma totalidade analítica desenvolvida por Immanuel Wallerstein, que busca dar conta da mudança social, e nos marcos da periodização proposta, evidencia que o capitalismo expandiu-se territorialmente,

integrando novas áreas ao seu domínio sob respaldo dos Estados Nacionais, acirrando suas disputas e rivalidades no âmbito do sistema interestatal. Nesse contexto, diversos fatores transformaram sensivelmente as técnicas de produção, de comércio e o sistema financeiro, inaugurando, a partir de uma transição hegemônica, um novo Ciclo Sistêmico de Acumulação.

Faleiros busca captar o momento no qual, nessa tradição interpretativa, há uma transição hegemônica em curso – da Inglaterra para os Estados Unidos – condicionando os mercados mundiais de exportação de capitais, de produtos primários e de moedas. Nesse quadro, o mercado cafeeiro em escala global passou por intensas transformações, operadas pelo poder financeiro britânico e pela definitiva ascensão do mercado consumidor norte-americano, definindo os limites de atuação das periferias produtoras de café, entre elas o Brasil, na cena internacional: embora as defesas do café possam ser, em certa tradição, compreendidas como estratégia de maior autonomia do país, veremos que o governo da República Federativa do Brasil, em sua batalha de defesa de sua produção mais valorizada internacionalmente, desempenhava um papel subordinado.

No segundo capítulo, Guilherme Grandi e Alexandre Macchione Saes reconstituem o debate ocorrido entre historiadores econômicos acerca dos efeitos das políticas cambial e tarifária sobre o desempenho do setor manufatureiro no Brasil ao longo do período conhecido como a *Primeira Globalização*. Nessa contenda, de um lado, argumenta-se que o nível relativamente alto das tarifas teve impacto positivo sobre o processo de substituição de importações no país a partir do último quartel do século XIX. Por outro lado, há uma bibliografia questionadora de tal argumento, destacando a centralidade do papel da economia exportadora e a oscilação do câmbio brasileiro no período como fatores fundamentais que determinaram o desenvolvimento do setor manufatureiro entre 1870 e 1930.

Ao resgatarem esse debate, os autores indicam que o tema da proteção tarifária à indústria nascente é um dos mais controversos da historiografia econômica brasileira e internacional, e que exige uma avaliação da estrutura tributária brasileira, sobretudo aquela relacionada ao comércio internacional com destaque para a receita advinda dos impostos sobre importações. Assim, buscam, nesse capítulo, revisitar a discussão a respeito do papel exercido pelas tarifas alfandegárias sobre o comércio exterior e o desenvolvimento industrial do Brasil durante a Primeira República que, para fins de análise, será subdividida em dois períodos: o "pré" e o "pós" Primeira Guerra Mundial. Grandi e Saes argumentam que o caráter agrário-exportador da economia brasileira teria levado o governo a definir sua política fiscal a partir das tarifas, especialmente as de importação, e somente a partir de 1914 as receitas tributárias relacionadas ao mercado interno começam a ter maior representatividade, podendo incentivar, inclusive, revisões das tarifas alfandegárias que incidiram sobre variadas mercadorias, sejam estas bens de consumo ou insumos industriais.

No terceiro capítulo, Pedro Geraldo Saadi Tosi, Rodrigo Fontanari e Henry Marcelo Martins da Silva traçam um esboço compreensivo das principais crises cafeeiras, desde o final do século XIX até a hecatombe econômica de 1929, centrando o foco na atuação do Estado na economia (como ente federado e como ente central) selecionando, para isso, alguns de seus efeitos no nível das ações de agentes econômicos com o objetivo de evidenciar a importância das políticas tributárias e fiscais, bem como a garantia de um fluxo continuado de arrecadação como indispensável aos propósitos de reiteração do crescimento econômico e, por conseguinte, seu impacto na formação da rede urbana.

Assim, os autores partem de um desenho das políticas de valorização, tendo como paradigma o Convênio de Taubaté, e chegam à criação da Câmara de Reajustamento Econômico e seus resultados, em meados da década de 1930, buscando evidenciar os dilemas enfrentados no cotidiano econômico

de uma fábrica de calçados (a Calçado Jaguar, que existiu em Franca, no interior paulista), de uma ferrovia, a EFA (Estrada de Ferro Araraquara) com suas oscilações e sucessivas formas de controle acionário num contexto de expansão das ferrovias sobre o território e, também, na trajetória de Christiano Osório de Oliveira, um cafeicultor-comissário-banqueiro, cujas associações com empresários de grosso calibre nos negócios do café redundou numa expressiva rede de créditos. Busca-se evidenciar que as crises cafeeiras, predominantemente caracterizadas pela superprodução, criavam impactos no fluxo de ingresso de capital estrangeiro e estreitavam, em maior ou menor extensão, o consumo interno e novos investimentos, acentuando a necessidade de capital de giro nas atividades urbanas e de custeio agrícola nas atividades rurais, bem como o aporte de capitais para a conclusão de projetos de infraestrutura e serviços.

Nesse sentido, Tosi, Fontanari e Martins da Silva intentam demonstrar que a capacidade de tributar e as funções do multiplicador tributário destinavam-se a garantir socorro à atividade principal, a cafeicultura, conferindo certa regularidade e homogeneidade ao fluxo de investimentos e tendo como consequência a modernização urbana das cidades do complexo-cafeeiro, algo nada desprezível, visto que foi nessa região que urbanização e modernização da vida exibiram a mais saliente das redes articuladas e protagonizadas por populações do Hemisfério Sul.

No bojo da modernização de algumas esferas da vida, o capítulo de Milena Fernandes de Oliveira destaca o advento da urbanização e as transformações dos modos de vida no Brasil, em especial em São Paulo, em suas alterações nos padrões de consumo na Primeira República. O capítulo é um convite a uma incursão naquele contexto, captando os elementos dinâmicos atinentes às modificações nos espaços urbanos e na cultura material do século XIX, às dinâmicas sociais ocultadas pelos objetos de consumo e às relações de poder características da nossa República oligárquica.

As mudanças na paisagem urbana apontaram, segundo a autora, para uma mudança fundamental: a maneira pela qual o consumo e a cultura material expressaram a formação de uma sociedade capitalista, situada na periferia do sistema mundial. Justamente por isso, Oliveira analisa primeiramente o processo de urbanização na metrópole do café em paralelo às reformas urbanas perpetradas em outras capitais brasileiras, que culminaram em deslocamentos humanos dos centros para as periferias, destruição dos cortiços e uma metamorfose radical do comércio urbano e de seus circuitos. Na sequência, a autora analisa o consumo como um processo de diferenciação social, tomando por base não somente o processo de urbanização que engendrou novos grupos sociais, mas também o processo de constituição de novas classes oriundas da abolição da escravatura e das atividades econômicas atreladas aos complexos primários exportadores. As novas atividades mercantis, industriais e financeiras trouxeram uma estrutura social mais complexa, que, por sua vez, expressou-se em novos embates em torno do consumo. Em suma, Oliveira indica que as insígnias de consumo não somente representavam lugares privilegiados da oligarquia no processo econômico e na estrutura social, como também um novo momento na consolidação do Estado moderno e de seu processo de burocratização no Brasil, apontando para um papel muito claro dessa oligarquia na política.

Analisando a formação do mercado de trabalho, Cláudia Alessandra Tessari examina, no quinto capítulo, o papel dos deslocamentos populacionais no Brasil, partindo da ideia de que até 1930 não se configurava a existência de um mercado de trabalho nacional, mas sim de mercados regionais e incompletos que, em distintos momentos e em diferentes aspectos, ora concorriam ora cooperavam entre si. A autora assinala que os deslocamentos populacionais são elementos históricos significativos para a análise da formação e consolidação do mercado de trabalho brasileiro. Nesse aspecto, a participação do Estado, com sua história,

instituições e práticas, foi fundamental para a constituição de um exército nacional de reserva com livre mobilidade espacial, permitindo contornar fatores de rigidez que dificultavam a formação do referido mercado. Tratou-se de um processo lento, oriundo de um sistema escravista e com consequências diversas e duradouras nos âmbitos social, político e econômico.

Tessari aponta que a abolição da escravidão não significou a emergência imediata do trabalho assalariado, mas, pelo contrário, recrudesceram, em muitos lugares, os aspectos pré-capitalistas de organização do trabalho, reforçando o acesso à terra por parte dos trabalhadores e a organização da produção com base no trabalho familiar. Além do mais, a abolição da escravidão veio a reforçar sistemas de trabalho que já vinham se constituindo com diferenças marcantes nos vários espaços do território brasileiro, determinados pelas atividades econômicas desenvolvidas em cada região, pelas características do contingente populacional de cada local e pelas políticas migratórias e de utilização da mão de obra nacional. Em muitas cidades brasileiras, o que se viu durante a primeira metade do século XX foi mais trabalhos esporádicos e intermitentes, remunerados por dia ou por tarefa, do que trabalho assalariado rotineiro e organizado hierarquicamente.

Pensar, portanto, a formação do mercado de trabalho, não significa apenas pensar quantitativamente a oferta e a demanda por mão de obra. Envolve, ademais, aspectos amplos e de variadas vertentes, desde a destruição de formas autônomas de subsistência do indivíduo, impedindo seu acesso à terra e aos instrumentos de produção, até um conjunto de transformações de cunho cultural, no qual homens e mulheres não só precisassem, mas também estivessem dispostos a trabalhar para outros, envolvendo, assim, transformações sobre a percepção do trabalho pelo próprio trabalhador.

Tessari finaliza seu capítulo indicando que a decisão, por parte da região de economia mais dinâmica, pela imigração estrangeira como principal fonte abastecedora de mão de obra

no período pós-Abolição permitiu a acomodação e, portanto, a cooperação entre os mercados regionais e a consequente manutenção de reservatórios regionais de mão de obra. Em um segundo momento, quando os interesses econômicos e políticos regionais e nacionais assim permitiram, esses exércitos regionais foram acionados, representando movimento fundamental para a formação do mercado de trabalho e para a expansão capitalista no Brasil. Assim, a imigração estrangeira em São Paulo permitiu a conservação dos mercados de trabalho regionais e a manutenção dos exércitos regionais de reserva e, quando pôde, utilizou toda a infraestrutura e *expertise* acumuladas na primeira fase de deslocamento em massa de população livre (a imigração estrangeira) para favorecer a migração interna, canalizando para a região de economia mais dinâmica uma massa populacional desenraizada dos reservatórios previamente constituídos.

Ainda sobre a temática do trabalho, José Flávio Motta e Luciana Suarez Galvão destacam, no sexto capítulo, o Decreto nº 21.417-A e a regulação do trabalho feminino no primeiro governo de Getúlio Vargas. O objetivo do referido decreto era o de regular as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos comerciais e industriais, sendo que um dos temas contemplados em suas disposições, a proibição do trabalho noturno, compõe o principal objeto de atenção dos autores. Em termos mais gerais, Motta e Galvão voltam seus olhares, num primeiro momento, para a caracterização de determinados elementos conformadores do pano de fundo subjacente à iniciativa expressa na aludida legislação. Em seguida, ilustram o impacto que a dita tentativa de regulação do trabalho acarretou sobre o cotidiano das mulheres que atuavam como garçonetes.

Os autores elegem como principal fonte de pesquisa um conjunto de jornais que circulavam durante a primeira década da administração Vargas, abrangendo o período do governo provisório (1930-1934), o intervalo constitucional (1934-1937) e os primeiros anos (1937-1939) do Estado Novo, que se estenderia

até 1945. Contudo, os autores não se furtam ao debate com a bibliografia disponível sobre o tema. Destacando a cautela necessária ao se trabalhar com esse tipo de fonte documental, Motta e Galvão organizaram seu capítulo em duas seções (além da introdução e das considerações finais, evidentemente): a) na primeira, as notícias, de um lado, acerca da adesão de diversos países às convenções da Organização Internacional do Trabalho e, de outro, os informes sobre a atuação de organizações femininas no Brasil são escrutinados e destacados como condicionantes valiosos para a conformação do contexto favorável a uma iniciativa como a do Decreto nº 21.417-A; b) na segunda, as disposições dessa legislação, no tocante à proibição do trabalho noturno das mulheres, fornecem elementos variados para os autores ilustrarem e analisarem seu impacto sobre o segmento formado pelas garçonetes. Para elas, decerto, aquela tentativa de regulação não conduziu à busca da melhoria das condições em que se exercia o trabalho feminino. Ainda nessa seção, os autores discutem as razões para as evidências de que, apesar da vigência da aludida proibição, o trabalho noturno das garçonetes continuou a ser exercido no decurso de todo o decênio de 1930. Trata-se, assim, de um esforço de pesquisa que busca lançar luz sobre a legislação e as condições do trabalho feminino diante das transformações ocorridas na sociedade brasileira no período em tela.

Finalizando esta coletânea, Ivan Colangelo Salomão e Leonardo Segura Moraes apresentam um balanço interpretativo sobre a chamada "Era Vargas", destacando as transformações políticas e econômicas derivadas do desenvolvimentismo como estratégia nacional, que, embora consideráveis, não foram suficientes para alterar a conformação do estamento burocrático como verdadeiro "dono do poder" político.

Os autores destacam que a complexidade desse período da história brasileira se revela em suas contradições. Getúlio Vargas, militar, advogado e político gaúcho, liderou o movimento que pôs fim ao período comumente caracterizado pela

"política do café com leite", no qual as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais exerciam a hegemonia compartilhada sobre o governo nacional. No entanto, o mesmo Getúlio Vargas, que liderou a Revolução de 1930, havia sido ministro da Fazenda até dezembro de 1927 no governo de Washington Luís, tendo deixado o posto em comum acordo com o então presidente da República para assumir o governo estadual no Rio Grande do Sul. Para compreender tal ambivalência, os autores indicam a necessidade de se analisar a dinâmica dos movimentos reais e como eles condicionaram o sentido das transformações. O *crash* da bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, inaugurou um período de depressão das economias capitalistas e de instabilidades políticas em todo o planeta. Contudo, a gestação da crise econômica que sacramentou o fim da Primeira República antecedeu a eclosão da crise de 1929, haja vista a superprodução crescente e as dificuldades de financiamento dos estoques. Nesse quadro, Vargas trazia consigo não apenas o rompimento formal do acordo oligárquico do "café com leite", que sustentava politicamente a República desde 1889, mas também transformações institucionais e na gestão da política econômica que conferiram novo sentido à relação entre economia e Estado no país.

De determinado modo, pode-se caracterizar a Era Vargas apenas e tão somente como o período em que Getúlio esteve à testa da presidência da República (1930-1945 e 1951-1954). Ainda que correta do ponto de vista estritamente temporal, tal designação não abarca todos os elementos presentes em uma análise de economia política. Isso porque a apreciação isolada dos mandatos presidenciais esconde o sentido das transformações evidentes na inter-relação da economia com a política. Nesse sentido, considera-se nesse capítulo a tal Era Vargas como o intervalo de tempo que abrange as presidências nacionais de Getúlio Vargas, considerando, também, o interregno Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Posto de outra forma, trata-se do

período no qual o nacional-desenvolvimentismo se constituiu como estratégia hegemônica de acumulação de capital.

Salomão e Moraes afirmam que as estratégias de desenvolvimento levadas a cabo na América Latina da primeira metade do século XX tiveram em Cardoso e Faletto (1969) uma importante contribuição analítica, dado que as alianças políticas firmadas no período de formação e constituição do mercado interno nos países latino-americanos evidenciavam os próprios limites da industrialização substitutiva de importações como projeto de desenvolvimento. Conquanto industrializadas, tais economias mantinham-se dependentes do capital produtivo e financeiro internacionalizado. Para o caso brasileiro, o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, pode ser interpretado como o prelúdio da ascensão política do bloco econômico associado ao capital multinacional, que se consolidou especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek. Com isso, ainda que, por um lado, a "industrialização restringida" típica da Era Vargas – como sugeriram inicialmente Maria da Conceição Tavares (1973) e João Manuel Cardoso de Mello (2009) – tenha atuado a fim de propiciar o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira e de priorizar os interesses do capital nacional, a industrialização pesada característica do Plano de Metas do governo Kubitschek se deu por meio de uma inserção cada vez mais subordinada ao capital estrangeiro. Isto posto, os autores procuram apresentar, nesses termos, um balanço bibliográfico e historiográfico acerca da Era Vargas.

***

O Brasil e a América Latina atravessam hoje uma aguda crise econômica, política e social, caracterizada por obscena concentração de poder, fragilização de suas instituições democráticas, crescente desigualdade e desmonte de suas estruturas produtivas e de oferta de serviços, notadamente os de responsabilidade dos Estados. O quadro é também caracterizado

pelo recrudescimento do grau de especialização na produção de bens primários e pela dificuldade de se retomar a geração de novos postos de trabalho. Esperamos que as reflexões aqui compiladas sobre a Primeira República e a Era Vargas possam lançar luz sobre os dilemas contemporâneos ligados à forma subordinada de inserção do Brasil no sistema mundial, com rebatimentos sobre os limites e possibilidades da indústria nacional, sobre o caráter mimético do nosso padrão de consumo (cujo caráter precípuo é o da diferenciação social), sobre a mobilidade da mão de obra em território nacional, sobre o trabalho feminino e sua regulamentação e sobre as alternativas de desenvolvimento colocadas nas periferias do sistema capitalista.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa.

Guilherme Grandi
Rogério Naques Faleiros
organizadores

Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil

História Econômica do Brasil
Primeira República e Era Vargas

Essa coleção pretende resgatar a tradição da Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica (ABPHE) de oferecer reflexões críticas e atualizadas sobre o nosso passado, contribuindo assim para que a comunidade acadêmica e o público em geral tenham condições de agir concretamente para a transformação de nosso presente.

ISBN 978-65-5831-011-2
9 786558 310112

ISBN 978-65-86039-18-4
9 786586 039184